

ARTIGO

CAMPOS SOCIAIS EM DISPUTA: BASES DO PENSAMENTO E
AÇÃO DE ARTHUR REIS

Resumo

Partindo dos conceitos de campo social e capital simbólico de Pierre Bourdieu, o presente artigo analisa a trajetória política e intelectual do historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis (1906-1993), que exerceu o cargo de governador do Amazonas durante os primeiros anos da ditadura militar. Para isso, fazemos uso de um corpus documental coletado em jornais dos anos 1960 e no acervo pessoal de Arthur Reis, depositado no Centro Cultural Povos da Amazônia, em Manaus (AM).

Palavras-Chave: Arthur Reis; Amazonas; ditadura militar.

Abstract

Based on Pierre Bourdieu's concepts of social field and symbolic capital, this article analyzes the political and intellectual trajectory of the historian Arthur César Ferreira Reis (1906-1993), who served as governor of Amazonas during the early years of the military dictatorship. We also use a documentary corpus collected in newspapers of the 1960s and in the personal collection of Arthur Reis, deposited at the Centro Cultural Povos da Amazônia, in Manaus (AM).

Keywords: Arthur Reis; Amazonas; military dictatorship.

*Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas; Repórter dos cadernos Bem Viver/Vida&Estilo do Jornal *A Crítica*.

Nos anos 1960, o historiador Arthur Cézár Ferreira Reis, conduzido ao cargo de governador do Amazonas após o golpe civil-militar de 64, foi uma presença constante nos principais jornais do país. O assunto, quase sempre, era a Amazônia, à qual ele consagrou sua trajetória intelectual e que efetivamente deu a ele projeção para além da sua terra natal, Manaus. Como aponta o professor Renan Freitas Pinto (2008), coube a Arthur Reis, em suas dezenas de publicações, o inventário das fontes referentes a diversos momentos da história regional em seus aspectos demográficos, políticos, administrativos e diplomáticos:

Além disso, sua obra representa um momento privilegiado e rico do pensamento social sobre a Amazônia, especialmente em dois sentidos. O primeiro deles é que realiza uma verdadeira história do pensamento que tem sido produzido em torno da Amazônia [...]. O segundo tema refere-se explicitamente ao sentido da experiência luso-brasileira na Amazônia, sobretudo no sentido de como se construiu, a partir dessa experiência, um modelo de sociabilidade [...] (PINTO, 2008, p. 213).

No âmbito da academia e fora dela, poucos trabalhos se dedicaram a analisar o legado do ex-governador e “amazonólogo”, que figura entre os principais intérpretes da região no século XX, ao lado de Araújo Lima, Leandro Tocantins, Djalma Batista e outros. Como lembra Hélio Dantas, as referências a Arthur Reis geralmente se dividem entre o caráter laudatório e a detração: “realizador”, “metódico” e “governante moderno” para uns, “déspota esclarecido”, “conservador” e “autoritário” para outros. No entanto, a produção intelectual de Reis “parece ser mais alvo de *reverência* do que de referência, sendo também mais *reconhecida* do que efetivamente conhecida” (DANTAS, 2014, p. 15, grifos do autor).

É no sentido de contribuir para esse nicho do conhecimento formulado na e sobre a Amazônia que analisamos os principais eixos do pensamento de Arthur Reis, bem como de sua experiência à frente do governo do Amazonas, entre 1964 e 1967. Para isso, partimos da indicação metodológica sugerida por Pierre Bourdieu em sua abordagem do campo intelectual como um espaço de poder. Diz o sociólogo francês que

[...] é preciso situar o corpus assim constituído no interior do campo ideológico de que faz parte, bem como estabelecer as relações entre a posição deste corpus neste campo e a posição no campo intelectual do grupo de agentes que o produziu (BOURDIEU, 2007, p. 186).

Para o autor, campo é justamente o espaço (abstrato) no qual as relações sociais objetivas acontecem, estando organizado em torno de uma atividade específica,

como os campos político, científico e artístico. A noção de campo nos ajuda a pensar o objeto de maneira relacional, e não substancialista, ou seja, evidencia que o objeto “não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades” (BOURDIEU, 1989, p. 27).

A princípio, interessa-nos abordar a trajetória de Arthur Reis dentro de um determinado campo científico destinado a oferecer reflexões sobre os processos sociais e históricos da Amazônia. Valendo-se de noções apresentadas por Bourdieu, dentre outros teóricos, o professor Odenei Ribeiro (2015) assevera que o ex-governador pertencia a uma geração de intelectuais que desempenhavam um papel diretivo/organizativo na esfera cultural e política do Amazonas ao disputarem, a partir do campo científico, pelo “poder legítimo de definir o lugar e as aspirações políticas das classes sociais da Amazônia no jogo de alianças entre os grupos locais e forças políticas em âmbito nacional” (p. 33). Esse entendimento só é possível na medida em que encaramos a ciência como esfera social também sujeita a formas de interesse e na qual circula uma forma específica de capital simbólico:

O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente [...] que é socialmente outorgada a um agente determinado (BOURDIEU, 1983, pp. 122-123, grifos do autor).

Ao assumirem a função de porta-vozes da região por meio de suas obras e inserções no debate nacional (uns mais que os outros), esses intelectuais buscavam cumprir tanto suas aspirações privadas quanto a missão pública de converter a Amazônia em tema do processo de desenvolvimento brasileiro. Para Ribeiro (2015), tais aspirações ganharam corpo, em parte, no momento em que seus agentes puderam se integrar à cadeia institucional e às posições de comando, como quando Arthur Reis foi indicado para o comando da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), nos anos 1950, e do governo do Amazonas, na década seguinte.

LEGADO PORTUGUÊS NA AMAZÔNIA

Um elemento recorrente na obra de Arthur Reis é a interpretação que o historiador deu à ocupação portuguesa da Amazônia, iniciada com a fundação do Forte do Presépio (1616), no local que viria a ser a cidade de Belém. Era o período da União Ibérica, quando Portugal e Espanha tinham um mesmo soberano. Nesse

sentido, a façanha portuguesa de expandir suas fronteiras na América para além do Tratado de Tordesilhas e as posteriores políticas de dominação do território foram, do ponto de vista de Reis, empresas bem sucedidas, dignas de serem exaltadas:

[...] os portugueses e os luso-brasileiros trazidos do Nordeste souberam aproveitar a oportunidade com o maior desembaraço, empossando-se da região sem temores, sem hesitações, antes com uma consciência muito aguda de soberania e de poder (REIS, 1965c, p. 36).

Como sugere Dantas (2015), ao sistematizar uma narrativa da colonização na região Arthur Reis buscava inscrever a contribuição da Amazônia nas páginas da formação da nacionalidade brasileira. Na apresentação de “A Amazônia e a integridade do Brasil”, livro lançado em 1966, o historiador aponta nesse sentido: “Os êxitos que alcançamos sobre a paisagem física já constituem uma evidênciação muito positiva de que somos, realmente, uma Pátria indivisível” (REIS, 2001, p. 13).

Dessa forma, ao campo científico que citamos anteriormente, também se somava a disputa pelas representações da identidade regional, em função da qual era premente estabelecer um panteão de heróis, ancestrais fundadores, monumentos, uma paisagem e uma espacialidade – em resumo, uma “memória histórica positiva” investida de características “cívico-pedagógicas” (DANTAS, 2015, pp. 52-53).

Alexandre Pacheco (2012) identifica outro sentido por trás da representação que Reis fazia da colonização portuguesa. Para ele, o intelectual encontrou no passado colonial lições de determinação e planejamento a serem aplicadas pelo Estado brasileiro na integração da região no presente.

Os portugueses, nesse sentido, não teriam fechado o território apenas para explorar as riquezas de forma aleatória, improvisada, sem preocupações que denotassem interesses menos materiais. Ao contrário e no intuito de demonstrar Portugal como exemplo para os propósitos de intervenção do Estado em sua contemporaneidade, Arthur Reis procurou valorizar os inquéritos sobre as riquezas naturais realizados pelo que chamou de “pessoal de alta qualificação científica” (PACHECO, 2012, p. 98).

Tais elementos são indicativos, naturalmente, da posição de Arthur Reis no campo científico ao qual ele pertencia. Atribuindo um papel civilizador, heroico, disciplinador e nacionalista ao sujeito português, o historiador escreveu a história do Amazonas do ponto de vista do conquistador cristão ocidental, que ele considerava a verdadeira matriz fundadora da civilização tropical. Nesse processo, indígenas, caboclos, negros e a própria natureza tornam-se residuais, coadjuvantes e instrumentais, pois a influência cultural maior foi de origem lusitana (DANTAS, 2015).

No entanto, o posicionamento de Arthur Reis sobre a questão indígena chega a ser ambígua e varia de uma obra para outra. Se, por um lado, ele não nega ao gentio o reconhecimento por sua contribuição à constituição da nacionalidade, em especial por meio de costumes e saberes compartilhados, por outro, o historiador externa uma visão etnocêntrica e evolucionista, recorrente à época, segundo a qual a sociedade se desenvolveria em estágios até alcançar a “civilização”, estando o nativo num estágio civilizatório inferior ao europeu. No livro *Aspectos da formação brasileira* (1982), o historiador foi capaz de denunciar as violências históricas sofridas pelos povos indígenas amazônicos e ao mesmo tempo sugerir que eles continuarão num estado cultural primitivo enquanto não forem “incorporados” à sociedade pela via da destribalização.

DESENVOLVIMENTISMO

A persistência dos métodos rústicos de cultivo da terra e o rude extrativismo que marcaram boa parte da rotina econômica da Amazônia compunham, para Arthur Reis, um preocupante quadro que ajudava a explicar o descompasso no desenvolvimento da região e na sua integração efetiva à nação. É no diagnóstico desse problema que a primazia da técnica e da ciência, bem como a necessidade de apreensão “realística” das complexidades amazônicas, aparecem como outro elemento definidor do pensamento do intelectual amazonense.

Em primeiro lugar, há que se destacar que, ao discorrer sobre desenvolvimento, Reis entendia este processo como resultado de políticas de Estado racionalmente planejadas e executadas, ou seja, uma empreitada a ser orientada e dirigida pelo poder central, mais que pelo poder estadual. A ação desenvolvimentista na Amazônia brasileira seria, dessa maneira, o ato final do “admirável esforço de seus descobridores, dos seus conquistadores e dos que, por primeiro, tiveram a coragem de nela permanecer” (REIS, 1972, p. 59).

Dantas (2015) evoca a pesquisa do sociólogo Marco Aurélio Coelho de Paiva, que estudou a gênese de três instituições intelectuais de elite na Manaus do início do século XX, para explicar como o pensamento dessa geração de autores foi marcado pelas consequências da crise da borracha. Segundo ele, buscava-se àquela altura, por meio do esforço intelectual e interpretativo, uma saída tanto econômica quanto política e cultural para a estagnação que se abatera sobre a região. Um dos escritores a darem o tom a esse debate foi o sanitarista Araújo Lima, com sua célebre obra *Amazônia, a terra e o homem*, lançada em 1933.

Nela, Lima rompe com a tradição naturalista que marcou os clássicos estudos sobre a região e procura desconstruir uma série de preconceitos a respeito, como o determinismo geográfico, que culpava o clima amazônico quente e úmido pelo lento progresso dessa porção do País. Para o estudioso, vista com olhos desapassionados, a Amazônia não é nem inferno verde, nem paraíso verde, “apenas uma terra lastimavelmente fraudada e saqueada” (LIMA, 2001).

Naquele momento histórico, ainda se duvidava das possibilidades de ocupar efetivamente a Amazônia e de fazê-la prosperar nos padrões de outras regiões. Araújo Lima, no entanto, apresenta em outros termos essa questão, devolvendo ao homem o comando do seu próprio desenvolvimento e história. Contra os “acidentes sanáveis” por trás do estado de escassez da região, como as doenças atribuídas ao ambiente e o subaproveitamento dos seus potenciais econômicos, bastava a ação corretiva da técnica, da educação e do saneamento.

Seguindo essa linha de raciocínio, Arthur Reis também propunha a superação dos discursos “sensacionalistas” e “exóticos” sobre a região, cuja paisagem e “mistérios” foram tão decantados por cronistas, viajantes, cientistas e romancistas. Ao mesmo tempo, ele recusava as teses que tentavam imputar aos trópicos uma natureza hostil ao desenvolvimento humano. Segundo o historiador, tanto a técnica quanto a ciência modernas haviam avançado o suficiente para que o homem pudesse utilizá-las a seu favor onde quer que fosse.

Nenhuma força, telúrica ou não, é força impeditiva para que se efetue a empresa ou a aventura, para muitos, da ocupação da Amazônia e sua integração como espaço útil à civilização universal e, no nosso caso específico, à civilização que o Brasil constrói vencendo as dúvidas e as resistências dos trópicos de que fazemos parte (REIS, 1967a, p. 14).

Para ele, à frente do necessário inventário científico e econômico da região deveriam estar os órgãos oficiais criados para tal finalidade, embora estes nem sempre recebessem a atenção necessária em termos de investimentos e estrutura: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Instituto Evandro Chagas, Museu Emílio Goeldi, Instituto de Pesquisa Agropecuária do Norte (Ipean)¹, e SPVEA². Na obra “O impacto amazônico na civilização brasileira”, Reis (1972) também sistematiza um conjunto de medidas concretas que deveriam ser empreendidas no sentido de elevar as condições da Amazônia. Além do fomento técnico-científico, o Estado brasileiro precisava dinamizar as vias de acesso – fluviais, terrestres e aéreas – aos territórios amazônicos, de modo a facilitar o trânsito de mercadorias e pessoas.

1 Órgão já extinto.

2 Transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), durante a ditadura militar.

Em contrapartida, a matriz econômica a ser adotada na Amazônia deveria levar em consideração três aspectos: exploração racional dos recursos da floresta, industrialização e incentivos fiscais. Quanto à política de créditos e incentivos, esta era uma etapa importante para a efetiva industrialização da Amazônia, que possuía mercados em potencial nos setores madeireiro e mineral. Para isso, era necessário estimular investimentos públicos e privados na região, que deveria ser dotada de infraestrutura básica para dar suporte às iniciativas industriais (REIS, 1972).

Como destaca Wanderson de Oliveira Coelho (2015), o modelo capitalista defendido por Arthur Reis estava alinhado à economia aberta estimulada pela ditadura, afinal, “era candente que não se entregaria o governo do Amazonas em mãos de grupos os quais não se alinhassem à perspectiva militar” (p. 62). Consequentemente, essa foi a tônica do Plano Bienal, que traçou metas e estratégias para o desenvolvimento econômico e social do Amazonas para os anos de 1965 e 1966. Nesse documento, o governo ressaltava a predominância da livre empresa e da ação do poder estadual como complemento a ela, com instrumentos legais regulando indiretamente o setor privado. Em linhas gerais, a diretriz da política econômica era de “estímulo ao ingresso de capitais e financiamentos externos e de ativa cooperação técnica e financeira, e em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso”³ (CODEAMA, 1965, p. 12).

GEOPOLÍTICA E COBIÇA INTERNACIONAL

Nas obras de Arthur Reis, é possível apreender os frequentes insucessos das esferas do poder em implementar projetos de ocupação e desenvolvimento da região – do Plano de Valorização da Borracha, decretado em 1912, ao início da operação da SPVEA, nos anos 50. Para o historiador, a falta de atenção do poder central, aliada ao “vazio demográfico” e à baixa intensidade da economia amazônica, não eram elementos nocivos somente ao desenvolvimento da região, mas, sobretudo, à sua integridade territorial. Enquanto não fosse retirada do atraso e transformada em “espaço útil”, a Amazônia corria riscos de ser subtraída à soberania brasileira. A História era testemunha disso, e Reis expôs num célebre livro lançado em 1958 aqueles que considerava serem os antecedentes da cobiça internacional sobre a região.

De acordo com o autor, ela teve início ainda no início do período colonial, quando ingleses, irlandeses e holandeses tentaram se estabelecer na Amazônia. Com

3 Segundo a Fundação Getúlio Vargas, a Aliança para o Progresso foi um programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado, em 1961, entre os Estados Unidos e outras 22 nações do hemisfério, entre elas o Brasil. Ao longo de quase dez anos de funcionamento, a Aliança recebeu inúmeras críticas, como a de que ela estava a serviço dos interesses econômicos e estratégicos dos EUA.

o reconhecimento da expansão territorial de Portugal para além do Tratado de Tordesilhas, a Amazônia brasileira foi alvo de uma duradoura política isolacionista, que dificultava a livre circulação no território. Tal configuração passou a ser questionada com mais intensidade em meados do século XIX, em especial na imprensa dos Estados Unidos, que acusava a política brasileira de ser contrária aos “interesses da humanidade” (REIS, 1965c, p. 62).

O episódio do Bolivian Syndicate, no início do século XX, quando as terras do atual Estado do Acre se tornaram alvo de contenda entre bolivianos e brasileiros, também se inscreveu no quadro das ameaças à integridade geopolítica do País. Nos anos 1940, o cenário não era muito diferente: a Amazônia ainda sofria com o que Arthur Reis classificava de “ausência criminosa do poder público”, inclusive em termos de levantamento científico dos potenciais e riquezas da região. Essa situação ensejou a elaboração de projetos como o do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, no âmbito da Unesco, em 1946. A iniciativa logo se tornou alvo de especulações dentro do país, pois se temia que a instituição, planejada para congregar cientistas de todas as partes do mundo em torno dos estudos amazônicos, acabasse cooptada no jogo de forças da Guerra Fria ou servisse unicamente à estratégia liberal de expansão do capital estrangeiro.

O debate contrário à criação do Instituto ganhou força na voz do ex-presidente da República Artur Bernardes, um “nacionalista exaltado”, nos dizeres de Arthur Reis. O historiador atribui a essa campanha de descrédito uma das causas para que as discussões sobre o projeto não tenham avançado no Congresso Nacional. Desde então era latente a discussão em torno da chamada internacionalização da Amazônia, tese pela qual os “interesses da humanidade” estariam acima das soberanias nacionais. Para Arthur Reis, enquanto “empório de matérias-primas”, a região amazônica era alvo natural do imperialismo das grandes potências.

Pior que ele [o imperialismo], no entanto, é a tendência à internacionalização de trechos do mundo, que já se pretende seja operação necessária, uma solução para agasalhar aqueles que não têm onde viver ou reclamam contra a fome que os atormenta (REIS, 1965c, p. 11).

No período em que exerceu o cargo de governador do Amazonas, o intelectual assumiu a dianteira de outro debate público de igual teor nacionalista. Em maio de 1965, Arthur Reis foi à imprensa denunciar o que considerava uma nova ameaça à Amazônia: uma espécie de reedição do Instituto da Hileia, representada pela proposta de criação de Centros Tropicais de Pesquisa e Treinamento na Amazônia (trópico úmido) e no Nordeste (trópico seco). O plano foi apresentado pela Acade-

mia Nacional de Ciências dos Estados Unidos e contou, inicialmente, com o aval do Ministério da Agricultura e do Conselho Nacional de Pesquisas.

O ponto passível de alarme, segundo o governador expôs, era que o projeto dos centros de pesquisa estabelecia que a sua direção deveria ficar a cargo dos organismos norte-americanos, em detrimento das instituições científicas e dos profissionais existentes no Brasil. Para Arthur Reis, não se justificava a exclusão dos brasileiros na empreitada, o que por si só era motivo para desconfianças. Negando a pecha de xenófobo, o historiador se defendia e procurava marcar posição como alguém que não negava, contudo, a cooperação técnica e financeira vinda do exterior.

Ele acabou levando o caso ao conhecimento do presidente Castelo Branco para que o marechal barrasse a iniciativa estadunidense apoiada por “falsos brasileiros” (REIS, 1965a). No início de junho, o governador já considerava afastada a ameaça, sinalizando que o presidente atendera às suas reivindicações, como noticiou o jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro:

[Castelo Branco] reafirmou despacho exarado em janeiro do corrente ano, onde diz que “as pesquisas na Amazônia devem ser feitas por Institutos brasileiros, técnicos brasileiros e recursos brasileiros” (GOVERNADOR, 1965, p. 3).

De fato, o capital simbólico acumulado pelo amazonense no campo intelectual/científico e, naquele momento, também no campo político, conferia a ele dupla legitimidade para conduzir o enfrentamento ao projeto da Academia Nacional de Ciências dos EUA, tal qual Artur Bernardes havia feito anos antes, na condição de ex-presidente, no caso do Instituto da Hileia. Como Bourdieu (1989) ressalta, ao tratar do capital político como um crédito baseado na crença e no reconhecimento fora desse campo específico, “basta que as ideias sejam professadas por *responsáveis políticos* para se tornarem em ideias-forças capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou desmobilizar” (p. 187, grifos do autor).

Pode-se dizer, ainda, que a exposição alcançada pelo caso na imprensa nacional e em outras instâncias da sociedade conferiu a Arthur Reis um incremento no seu prestígio como amazonólogo e homem público autorizado a falar sobre a Amazônia. Isso fica claro em uma carta recebida pelo governador em 25 de maio de 1965, cujo remetente não conseguimos identificar: “Sua campanha é nossa também. Com ela você assumiu a liderança efetiva de sua terra, não por ser o seu governador, mas por ser o intérprete de suas autênticas aspirações”⁴.

4 Disponível no acervo pessoal da Biblioteca Arthur Reis, em Manaus.

SERVIDOR E ESTADISTA

A chegada de Arthur Reis ao poder no posto de governador do Amazonas pode igualmente ser interpretada à luz do conceito de capital simbólico de Pierre Bourdieu. Para o sociólogo francês, capital se define como energia social acumulada e inerente às estruturas objetivas e subjetivas, podendo manifestar-se de forma material ou incorporada/interiorizada (BOURDIEU, 2001). Tomando o capital econômico como base de todos os demais tipos de capital, o autor vislumbra as possibilidades tanto de conservação quanto de conversão de um capital em outro, processo que exige certo “esforço de transformação” para que o poder simbólico se efetive no campo social correspondente.

No caso de Arthur Reis, entendemos que o capital econômico não foi o fator determinante para o seu posicionamento dentro dos campos em que ele atuou. Sua legitimidade e autoridade advieram, sobretudo, do capital cultural e científico acumulado ao longo da sua trajetória como historiador, amazonólogo e homem de letras ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Sinal disso é que tais credenciais, evocativas de critérios de qualidade e quantidade, eram recorrentemente enunciadas nas notas biográficas escritas sobre o amazonense, como nesta publicada pela editora Edinova, do Rio de Janeiro, na segunda edição do livro *A Amazônia e a Cobiça Internacional*:

Escritor, historiador e sociólogo, já publicou vinte livros, a maioria dos quais sobre temas amazônicos, além de sessenta e dois trabalhos menores. Pertence a várias instituições culturais no Brasil e no estrangeiro. Sua reconhecida autoridade moral e intelectual, e a de especialista na História e na Economia da Amazônia, credenciou-o para tomar a atitude que tanto sensibilizou o país, em defesa da cultura brasileira, opondo-se à criação de um órgão estrangeiro para realizar pesquisas na Amazônia (REIS, 1965, p. 4).

Certamente, como ressalta Bourdieu (1983), as operações sociais empreendidas com base nesses capitais simbólicos não surgem de maneira desinteressada, estando sujeitas, antes disso, a formas específicas de interesse. No caso do campo científico, os agentes disputam, além de valores como prestígio, reconhecimento e fama, o monopólio da autoridade e uma noção própria de ciência enquanto delimitação de problemas e métodos. Dessa maneira, “a definição mais apropriada será a que lhe permita ocupar legitimamente a posição dominante e a que assegure [...] a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos” (p. 128).

A partir daí, pode-se inferir que o capital político ativado no momento em que Arthur Reis se tornou governador do Amazonas derivava de dois percursos principais: em primeiro lugar, das experiências anteriores do historiador em postos de comando no aparelho estatal, com destaque para a direção da SPVEA e do Inpa; em segundo lugar, era fruto da reconversão de um “capital de notoriedade” e de “qualificações específicas” granjeados lenta e continuamente “em outros domínios” (BOURDIEU, 1989, p. 191), como nos campos cultural e científico. Como o próprio Reis apontou no balanço geral do seu governo:

[...] à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito de meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha [para o cargo de governador] de quem não participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União (REIS, 1967b, p. 12).

Como governador, Arthur Reis foi o que se convencionou chamar de político biônico, pois ascendeu ao cargo pela via indireta em eleição realizada dentro da Assembleia Legislativa do Amazonas, em completo alinhamento à estratégia do regime militar de manter a aparência de legalidade e normalidade democrática após o golpe. Cassado o então governador Plínio Coelho sob acusações de corrupção, Reis foi escolhido como o novo chefe do Executivo estadual em junho de 1964, com a chancela de Brasília, não sem antes a Assembleia ser “convencida” a modificar a Constituição do Estado de modo a permitir a eleição indireta (VIANA FILHO, 1975; FIGUEIREDO, 2014).

Consumado o golpe de Estado, os militares precisavam legitimar o novo regime justificando as suas circunstâncias e objetivos, a saber: reestabelecimento da ordem institucional, combate à corrupção e à subversão política, representada pela penetração da ideologia comunista na sociedade brasileira. É nesse contexto que Coelho (2015) avalia o desempenho de Arthur Reis como um dos principais ideólogos da ditadura na Amazônia, tendo assumido a tarefa de defender a “Revolução de Abril”.

Com Reis no poder, o combate à corrupção ganhou centralidade no discurso oficial, ao lado das promessas de fim do “afilhadismo” e do “protecionismo eleitoral”: “Não tenho o menor receio ao afirmar que todos os que estavam no Governo do Amazonas eram ladrões autênticos”⁵, dizia o mandatário. Era assim que Arthur Reis encarava seu mandato como uma missão ao mesmo tempo cívica, moralista e saneadora, valores que podem ser atribuídos tanto à influência do militarismo quanto ao pendor cientificista do amazonense.

5 Jornal do Brasil, 02 de setembro de 1964.

Ademais, a abertura à ideia de ruptura democrática estava no horizonte ideológico não só de Arthur Reis, mas de outros intelectuais afinados com a tese de que somente um Estado forte e centralizador seria capaz de encontrar saídas para os problemas nacionais e promover o desenvolvimento e modernização do país. Como aponta Ribeiro (2015, p. 86), o golpe de 1964 representou a consolidação de um “projeto autoritário de desenvolvimento nacional de feição militar (que excluía as massas do jogo político)”. No contexto amazônico, segundo o autor, a inclinação autoritária, internalizada como *habitus* pelas elites locais, também refletia certa herança das relações de mando e subserviência do Ciclo da Borracha.

Esse *habitus* se revelava, por exemplo, nas ocasiões em que Reis punha em xeque o sistema político do país. Para ele, o subdesenvolvimento material e cultural fazia com que o Brasil tivesse apenas um arremedo de democracia, dominada por uma classe política que o intelectual não julgava ser merecedora de crédito: “Para mim tanto faz haver eleição como não. Todos os partidos são iguais e ordinaríssimos”⁶, dizia.

Possivelmente, o “horror” que o historiador alegava ter da política profissional vinha das frustrações experimentadas por ele quando pôde conviver próximo ao poder, em especial nos anos como superintendente da SPVEA ou em diferentes posições em outros órgãos. Reis entendia que a atuação da administração pública federal em relação à Amazônia era historicamente errática, dentre outros fatores, devido ao insidioso *modus operandi* da política partidária. A desilusão e o desencanto com a política o fez resistir, inclusive, à sua filiação ao partido da ditadura, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). A adesão, segundo ele revelou aos jornais da época, teria vindo somente após insistência do presidente Castelo Branco:

Não gosto de falar sobre a Arena, e só entrarei para ela porque sou obrigado, em consequência da minha situação de governador de um Estado. Se pudesse, permaneceria longe de todos esses movimentos políticos, pois a política brasileira é muito “suja” e não deve ser muito remexida.⁷

Sob outro ponto de vista, as declarações do governador revelavam a preocupação com a construção de uma autoimagem pública como alguém que vinha de fora da política partidária e profissional, portanto, um *outsider* imune às mazelas e

6 Correio da Manhã, 05 de fevereiro de 1965.

7 Correio da Manhã, 22 de dezembro de 1965. Essa declaração valeu ao governador um pedido de explicações formal da Câmara dos Deputados, conforme documento encontrado no acervo pessoal da Biblioteca Arthur Reis.

ao *habitus* degenerado desse meio, além de comprometido com valores e objetivos mais “elevados”. É nesse tom que ele descreve sua condição financeira quando da chegada ao governo: “Se não havia fortuna material, representada em bens que não fossem os dos utensílios de uso pessoal e a biblioteca, possuía em alta dose o sentimento de responsabilidade e a vontade para realizar” (REIS, 1967b, p. 13).

A disposição para controlar as representações de si, no entanto, esbarrou nas crises enfrentadas por Arthur Reis durante o seu mandato. O início do governo, como ele admitiu, foi áspero e exigiu “mão forte” (REIS, 1967b). A primeira crise estourou quando o governador ordenou a ocupação militar e o fechamento da Assembleia Legislativa depois que os deputados rejeitaram o veto do Executivo a um aumento nos salários da magistratura.

Para Reis, quem estava por trás dessa rejeição era o ex-governador Plínio Coelho, que fora cassado pelo regime. Em retaliação, ordenou a prisão de Plínio e o fechamento de seus dois jornais, *A Gazeta* e *O Trabalhista*, que combatiam o governo “revolucionário” em suas páginas. Como o Tribunal de Justiça considerou a prisão ilegal e arbitrária, pois Arthur Reis não tinha autoridade para tal, um *habeas corpus* foi concedido a Plínio, abrindo uma crise institucional sem precedentes quando o governador também mandou sitiar a sede da Justiça estadual. O embate ganhou dimensões nacionais, com Reis taxado de ditador pelo jornal *Última Hora*, e atraiu as atenções de Brasília, que não desejava ver a situação fora de controle (FIGUEIREDO, 2014). Como justificativa para as decisões que tomou, o historiador invocou a sua determinação para ensinar que “surgiam novos tempos”:

O poder não pode ser exercido com hesitações, fraquezas, medo de agir. Quando ele nos é confiado temos de despir-nos do que nos é o prazer da vida para, no peso do dever, decidir com energia e segurança (REIS, 1966, p. 5).

Se pratiquei atos que refletem a decisão revolucionária, é que eles foram necessários para implantar os propósitos dos que promoveram a grande mudança política no país. Não os pratiquei pela volúpia de executar o Poder como um instrumento de força ou de pressão, não é essa a minha formação. Nunca soube odiar nem tampouco perseguir (CODEAMA, 1965b, p. 15).

O mandato de Arthur Reis se encerrou em janeiro de 1967, e o historiador saiu do governo com um título de doutor *honoris causa* pela Universidade do Amazonas e uma vaga na Academia Amazonense de Letras, mas com a promessa de se afastar da vida pública “para dar vez às novas lideranças da Amazônia, pois [...] depois de certa idade cristalizamos nosso pensamento”⁸. Três meses depois, contudo, ele foi

8 *Jornal do Brasil*, 03 de fevereiro de 1967. Reis ainda declinou a indicação do seu nome para uma vaga no Senado, uma vitória que era tida como certa.

nomeado membro do conselho diretor do Instituto de Resseguros do Brasil e, mais tarde, entre 1968 e 1973, assumiu a presidência do Conselho Federal de Cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso da nossa investigação, situada no escopo do pensamento social brasileiro em sua vertente amazônica, pudemos ter uma visão ampla, mas não totalizante, acerca da trajetória intelectual e política de Arthur Reis. O estudo não se pretende totalizante justamente pelo reconhecimento de que, quando se trata de Ciências Sociais, dificilmente conseguimos abarcar determinado assunto sob seus mais diversos prismas. Quando se trata de uma sondagem a respeito de trajetórias pessoais, então, os embates entre forças múltiplas nos impelem a uma análise que considere os campos sociais como esferas quase nunca harmônicas, mas expostas a dicotomias próprias.

É nesse sentido que este trabalho permitiu identificar pontos-chave para a interpretação do pensamento de Arthur Reis, mas também incoerências e bidimensionalidades que caracterizam o próprio fazer e agir do intelectual, tal como nos ensina Bourdieu (1996). Essas incoerências representam lacunas que ainda não foram completamente elucidadas nos estudos que até agora se debruçaram sobre a obra de Reis. Uma delas, que carece de mais análises, é como a questão indígena é representada nesse *corpus* científico, pois, como sugerimos, o historiador tem visões díspares e conflitantes sobre o lugar do nativo na sociedade.

Outro ponto passível de aprofundamento, e que não abordamos anteriormente, é a autonomia conferida por Arthur Reis ao campo cultural durante o seu mandato de governador. Diríamos que há um consenso em torno do tema, no sentido de conferir ao governo um desempenho positivo no trato com a classe artística e intelectual. Para esses avaliadores, a chegada de Reis ao poder representou uma “renascença cultural” no Amazonas, com a publicação de livros e fomento regular a atividades artísticas, inclusive à produção de um documentário promocional encomendado ao incendiário Glauber Rocha (MICHILES, 2011).

Partindo da crítica de Coelho (2015), o questionamento que se faz é: esse consenso estaria inscrito na mesma linha de compreensão segundo a qual a ditadura militar teria significado um marco positivo para a Amazônia, em termos de “progresso”? Quais as aproximações e distanciamentos entre a atuação dos governos federal e estadual no campo da cultura, no início do regime de exceção? Afinal, como defende Amaral (2013), é preciso compreender a ditadura “não apenas como um regime sustentado pela repressão política, mas também por uma rede de práticas das

quais a conciliação e a cooptação faziam parte” (p. 171).

Por fim, cabe à análise crítica a reflexão sobre como o discurso oficial de Arthur Reis presente nos jornais, discursos e publicações institucionais, refletiu-se nas ações concretas do seu governo, em especial no aspecto socioeconômico. Somente um trabalho de fôlego nesse sentido seria capaz de desmistificar e revelar criticamente esse período da História amazonense, permitindo inserções e articulações no contexto geral dos estudos sobre a ditadura e do pensamento social brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMARAL, V. A. do. Alguns aspectos para repensar o governo de Arthur Cézár Ferreira Reis (1964-1967). *Fronteiras do Tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, Manaus, n. 4, 2013a, pp 165-177. Disponível em: <<http://www.frenteirasdotempo.net.br/numeros-antteriores/n%C2%BA-4-2013>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. *Poder, Derecho y clases sociales*. 2ª ed. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

BOURDIEU, P.; ORTIZ, R. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. Por um corporativismo do universal. In: BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1996, pp. 369-378.

CODEAMA. *Plano de desenvolvimento econômico e social (1965-1966)*. Manaus: Governo do Estado, 1965a.

CODEAMA. *Um ano de governo*. Manaus: Governo do Estado, 1965b.

COELHO, W. de O. *A modernização do Amazonas no ideário de Arthur Cézár Ferreira Reis (1964-1967)*. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Roraima, curso de História. Boa Vista, 2015.

DANTAS, H. *Arthur Cézár Ferreira Reis: trajetória intelectual e escrita da história*. Jundiá: Paco Editorial, 2014.

FIGUEIREDO, P. *O golpe militar no Amazonas: crônicas e relatos*. 3ª ed. Manaus: [s/d], 2014.

GOVERNADOR não quer dominação. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p. 3, 4 jun.

1965.

LIMA, A. *Amazônia, a terra e o homem*. Manaus: Edições Governo do Estado, 2001.

MICHILES, A. *Glauber Rocha: a conquista do Amazonas*. 20 set. 2011. Disponível em: <<http://ceuvagemichiles.blogspot.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PACHECO, A. *A narrativa heroico-nacionalista de Arthur Reis na representação da defesa da Amazônia pelos portugueses e luso-brasileiros em "A Amazônia e a cobiça internacional" - anos de 1960*. Revista história da historiografia, Ouro Preto, n. 10, dezembro, 2012, pp. 94-110. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/354/313>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

PINTO, R. F. P. *Viagem das ideias*. 2ª Ed. Manaus: Valer, 2008.

REIS, A. C. F. [Carta] 17 mai. 1965a, Rio de Janeiro [para] CASTELO BRANCO, Humberto, [s/l]. 8 f. Expõe posicionamento contrário à criação do Centro do Trópico Úmido.

REIS, A. C. F. *A Amazônia e a cobiça internacional*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Edinova, 1965c.

REIS, A. C. F. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

REIS, A. C. F. *A Amazônia e o mundo atual*. Rio de Janeiro: [s/e], 1967a.

REIS, A. C. F. *Aspectos da formação brasileira*. Brasília: José Olympio/MEC, 1982.

REIS, A. C. F. *Como governei o Amazonas*. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1967b.

REIS, A. C. F. *O impacto amazônico na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Paralelo/MEC, 1972.

REIS, A. C. F. *Reivindicações ao presidente Castelo Branco*. Manaus: Governo do Amazonas/Codeama, 1965b.

REIS, A. C. F. *Dois anos de governo*. Manaus: Governo do Amazonas, 1966.

RIBEIRO, O. de S. *Tradição e modernidade no pensamento de Leandro Tocantins*. Manaus: Valer/Fapeam, 2015.

VIANA FILHO, L. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.